

Suspeita de petróleo no PR faz família perder animais e produção

Category: BRASIL,GERAL,MEIO AMBIENTE,SAÚDE
escrito por Maria Luiza | 17 de abril de 2026



Um ano depois, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) analisou amostras do sítio e informou que a propriedade não tem petróleo, porém, não informou o que pode ter causado a morte dos animais, nem se há alguma substância tóxica no local.

A área onde a família acredita que tenha petróleo fica nos fundos do sítio e corresponde a cerca de 1,5 hectare de um espaço maior, que chegou a ter 9,6 hectares. Atualmente, o local específico sob suspeita da família está sem uso e com vegetação alta.

De 2012 para cá, a família diz que perdeu mais animais e teve que abandonar a produção rural. Eles também pararam de consumir a água da propriedade e atualmente fazem captação de um poço artesiano do vizinho.

“Foram feitos vários exames, mas os veterinários não descobriam o que as vacas tinham. Até que um deles disse: ‘só pode ser a água’. Dito e feito. Mandamos a água para um laboratório, e o resultado apontou que estava contaminada”, relembra Patrícia.

A propriedade mantinha um pequeno rebanho de aproximadamente 12 vacas, além de suínos e galinhas.

“O gado de leite que garantia a sobrevivência foi vendido ou morreu. Hoje, apenas minha tia e prima permanecem no sítio, mas elas precisam trabalhar na cidade para sobreviver”, afirma.

Falta de resposta definitiva

Mais de 10 anos após a suspeita, as atividades pecuárias na propriedade continuam suspensas e a família afirma que não tem uma resposta definitiva sobre a situação.

Quando o caso começou, Patrícia lembra que a família contratou uma análise particular, que viu semelhança entre as rochas da propriedade e às encontradas em áreas petrolíferas. O laudo, no entanto, indicou a necessidade de exames complementares, que vieram a partir da ANP.

A coleta de solo e água foi feita em fevereiro de 2013 e as análises foram executadas por um laboratório da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Segundo a ANP, à época, não foram encontrados biomarcadores de petróleo ou substâncias relacionadas.

A agência disse que o laudo foi encaminhado à família em março de 2013. Patrícia, no entanto, afirma que nunca recebeu o documento.

A ANP informou que o objetivo das análises, na época, não era a identificação de outros compostos nocivos, mas sim de combustível fóssil. Destacou, ainda, que dentro dos limites dos métodos utilizados, não foram encontrados indícios de contaminação.

Para Patrícia e a família, a esperança de que existe petróleo no sítio nunca morreu. Parte da propriedade chegou a ser vendida, mas o 1,5 hectare onde acreditam haver o combustível foi mantido, apesar de terem recebidos propostas de compra consideradas altas.

“A gente nunca desistiu. Queremos que provem que não há risco,

ou que assumam a contaminação e digam se podemos usar a água com segurança.”

O que fazer se suspeitar de petróleo na propriedade

Em caso de suspeita de presença de petróleo na propriedade, a ANP orienta que não seja realizada qualquer intervenção na área e pede que as pessoas acionem a agência pelos canais oficiais de comunicação para análises e outros procedimentos.

No Brasil, a exploração e a produção de petróleo são atividades exclusivas de empresas autorizadas. Segundo a ANP, o trabalho exige cuidados específicos por riscos como exposição a vapores tóxicos, incêndios, explosões, além de contaminação do solo e da água e prejuízos à saúde humana.

Quando há confirmação de petróleo ou gás natural em propriedades, a legislação prevê compensação financeira ao proprietário rural em caso de exploração regular. De acordo com a Lei do Petróleo, de 1997, empresas concessionárias devem pagar uma participação sobre o valor da produção aos donos das terras onde a atividade ocorre. Esse valor é calculado mensalmente pela ANP e varia entre 0,5% e 1% da receita bruta de cada poço.

Fonte: g1 e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
17/04/2026/07:13:40

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*

[5 erros que iniciantes cometem ao comprar criptomoedas](#)